Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

IMPRESA NEGRA, MEMÓRIA E PROTAGONISMO FEMININO: MULHERES NA RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO NO JORNAL VERDADE (1888-1889)[1]

BLACK PRESS, MEMORY, AND FEMALE PROTAGONISM: *WOMEN IN THE RESISTANCE TO SLAVERY IN THE NEWSPAPER VERDADE (1888–1889)*

PRENSA NEGRA, MEMORIA Y PROTAGONISMO FEMENINO: MUJERES EN LA RESISTENCIA A LA ESCLAVITUD EN EL PERIÓDICO VERDADE (1888–1889)

Karina Ceci de Sousa Holmes[2]
Edilson Targino de Melo Filho[3]
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira[4]

Submetido em: 16/03/2026
Aprovado em: 19/03/2026
Publicado em: 21/03/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade turnitin

[1] O presente texto foi submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXV ENANCIB.

[2] Mestra e Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). E-mail: karinaholmes.holmes@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6208-9755.

[3] Bibliotecário-Documentalista na Biblioteca Setorial Francisco Tancredo Torres do Centro de Ciências Agrárias (BS/CCA), Campus II, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI IBICT/UFRJ). E-mail: edilsondmelo@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4071-6797.

[4] Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: bernardinafreire@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6836-3102.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Resumo: Este artigo analisa as representações e formas de protagonismo feminino registradas no jornal Verdade, periódico paraibano publicado no final do século XIX, no contexto das lutas pela abolição da escravidão no Brasil. Parte-se do entendimento de que a imprensa histórica constitui um importante dispositivo de produção, mediação e circulação da informação, além de desempenhar papel relevante na construção de memórias sociais sobre acontecimentos e sujeitos históricos. A pesquisa busca compreender de que modo mulheres foram representadas nas páginas do periódico e como suas ações se relacionaram às dinâmicas de resistência à escravidão e às transformações sociais do período. O objetivo do estudo é analisar registros sobre mulheres presentes no jornal Verdade entre os anos de 1888 e 1889, identificando as formas de agência feminina associadas ao contexto abolicionista. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter documental e exploratório, fundamentada na análise de conteúdo de edições do periódico disponíveis em acervos digitais. A análise concentrou-se em notícias e notas que mencionam mulheres em situações vinculadas à libertação de pessoas escravizadas, à denúncia de violências e à presença feminina em espaços de participação pública. Os resultados indicam que, embora as mulheres apareçam de forma pontual nas páginas do jornal, suas ações evidenciam diferentes formas de resistência, como iniciativas de alforria, enfrentamentos cotidianos às práticas de violência e indícios de participação na esfera pública. Conclui-se que o periódico constitui um importante fonte para compreender as relações entre informação, memória e protagonismo feminino no contexto abolicionista.

Palavras-Chave: Imprensa Negra; Memória Social; Mulheres Negras; Abolicionismo.

Abstract: *This article analyzes the representations and forms of female protagonism recorded in Verdade, a newspaper published in the state of Paraíba in the late nineteenth century, within the context of the struggles for the abolition of slavery in Brazil. The study is grounded in the understanding that historical newspapers constitute important devices for the production, mediation, and circulation of information, while also playing a significant role in the construction of social memory about events and historical subjects. The research seeks to understand how women were represented in the pages of the newspaper and how their actions were associated with dynamics of resistance to slavery and broader social transformations of the period. The objective of the study is to examine records concerning women published in Verdade between 1888 and 1889, identifying forms of female agency related to the abolitionist context. Methodologically, the research adopts a qualitative, documentary, and exploratory approach, based on content analysis of newspaper editions available in digital archives. The analysis focused on news reports and short notes mentioning women in situations related to the liberation of enslaved people, denunciations of violence, and women's presence in spaces of public participation. The findings indicate that although women appear only sporadically in the newspaper's pages, their actions reveal different forms of resistance, including initiatives toward manumission, everyday confrontations*

with practices of violence, and signs of participation in the public sphere. The study concludes that the newspaper constitutes an important historical source for understanding the relationships between information, memory, and female protagonism in the abolitionist context.

Keywords: *Black Press; Social Memory; Black Women; Abolitionism.*

Resumen*: Este artículo analiza las representaciones y las formas de protagonismo femenino registradas en el periódico Verdade, publicado en el estado de Paraíba a finales del siglo XIX, en el contexto de las luchas por la abolición de la esclavitud en Brasil. El estudio parte de la comprensión de que la prensa histórica constituye un importante dispositivo de producción, mediación y circulación de la información, además de desempeñar un papel relevante en la construcción de memorias sociales sobre determinados acontecimientos y sujetos históricos. En este sentido, la investigación busca comprender de qué manera las mujeres fueron representadas en las páginas del periódico y cómo sus acciones fueron asociadas con las dinámicas de resistencia a la esclavitud y con las transformaciones sociales del período. El objetivo del trabajo es analizar los registros sobre mujeres publicados en el periódico Verdade entre los años 1888 y 1889, identificando las formas de agencia femenina vinculadas al contexto abolicionista. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter documental y exploratorio, basada en el análisis de contenido de ediciones del periódico disponibles en acervos digitales. El análisis se centró en noticias y notas que mencionan a mujeres en situaciones relacionadas con la liberación de personas esclavizadas, la denuncia de violencias y la presencia femenina en espacios de participación pública. Los resultados indican que, aunque las mujeres aparecen de manera puntual en las páginas del periódico, sus acciones evidencian diferentes formas de resistencia, tales como iniciativas de manumisión, enfrentamientos cotidianos a prácticas de violencia e indicios de participación en la esfera pública. Se concluye que el periódico constituye una fuente relevante para comprender las relaciones entre información, memoria y protagonismo femenino en el contexto abolicionista.*

Palabras clave*: Prensa Negra; Memoria Social; Mujeres Negras; Abolicionismo.*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga o papel das mulheres no movimento abolicionista paraibano, a partir da análise das publicações do jornal Verdade (1888-1889), veículo integrante da imprensa negra que "[...] escreve a chamada História do Tempo Presente" (Barros, 2023, p. 7). O estudo concentra-se na análise de textos, relatos e discursos que evidenciam a participação feminina, incluindo senhoras que

concederam alforria a pessoas escravizadas, mulheres negras libertas atuantes no ativismo abolicionista e lideranças religiosas. Busca-se, assim, compreender como as interseções entre gênero e raça atravessaram os debates públicos sobre a abolição naquele contexto histórico.

A pesquisa parte do reconhecimento de que a historiografia tradicional sobre o abolicionismo, em grande medida, privilegiou as atuações masculinas, negligenciando as contribuições das mulheres, especialmente das mulheres negras.

Nesse sentido, propõe-se analisar criticamente de que modo o jornal representou ou silenciou essas protagonistas e em que medida a imprensa atuou tanto como espaço de memória e resistência quanto como reprodutora de desigualdades simbólicas. Como aponta Giseli Côrtes (2024, p. 2), "[...] discursos de poder legitimadores das desigualdades de gênero produzem e sustentam, em diferentes sociedades e contextos históricos, tratamentos diferenciados e hierárquicos às mulheres", realidade que ultrapassa amplamente o período escravocrata.

No campo da Ciência da Informação, os periódicos históricos têm sido reconhecidos não apenas como fontes documentais, mas também como dispositivos informacionais capazes de produzir sentidos sociais e participar da construção da memória coletiva. Ao registrar acontecimentos, selecionar vozes e silenciar outras, os jornais atuam como mediadores da informação e agentes na produção de narrativas sobre o passado. Nessa perspectiva, a análise das representações femininas no jornal Verdade permite compreender não apenas aspectos do abolicionismo paraibano, mas também os

modos pelos quais determinados sujeitos sociais foram visibilizados, enquadrados ou marginalizados nos processos de circulação da informação no final do século XIX.

A partir dessa perspectiva, o periódico é compreendido simultaneamente como fonte histórica e objeto de análise informacional, uma vez que suas páginas revelam disputas simbólicas em torno da memória da abolição e das formas de participação social das mulheres. Ao examinar registros que envolvem senhoras alforriadoras, mulheres negras libertas e referências à inserção feminina na esfera pública, este estudo busca evidenciar como a imprensa local contribuiu para construir, ainda que de forma parcial e ambivalente, narrativas sobre o protagonismo feminino na luta contra a escravidão. Tal abordagem amplia o entendimento das relações entre informação, memória e justiça histórica, destacando o papel da imprensa como espaço de registro, disputa e reinterpretação das experiências sociais.

Assim, os objetivos centrais deste artigo consistem em compreender as formas de engajamento feminino na luta abolicionista a partir das narrativas presentes no jornal Verdade e contribuir para o debate sobre imprensa, memória e gênero, ao resgatar trajetórias femininas historicamente marginalizadas. O trabalho dialoga com autoras e autores como bell hooks (2019), Angela Davis (1981), Lélia Gonzalez (1984), Djamila Ribeiro (2019), entre outros, além de inserir-se nos estudos sobre imprensa e história social, conforme proposto por Silvia Lara (2007) e Nelson Sodré (1999).

A pesquisa utiliza metodologia qualitativa, com abordagem histórica, descritiva e documental, utilizando a análise de conteúdo de

edições do periódico para mapear e interpretar as representações femininas no contexto do abolicionismo. Os resultados apontam para a presença estratégica das mulheres, negras e brancas, em ações diretas, filantrópicas, religiosas e cotidianas, evidenciando tanto sua participação ativa quanto as assimetrias de representação presentes nas narrativas da época. Esses achados reforçam a necessidade de revisitar tais memórias para ampliar a compreensão das dinâmicas de poder que estruturam a sociedade do período. Como desdobramento, futuras investigações poderão estender essa análise a outros periódicos e contextos históricos, contribuindo para o aprofundamento do debate sobre a construção da memória histórica brasileira.

2 JORNAL VERDADE (1888-1889), ESPAÇO DE RECORDAÇÃO E INSURGÊNCIA

O jornal Verdade foi fundado em consonância com os debates abolicionistas que ganhavam destaque em âmbito nacional, embora estivesse inserido no contexto específico de uma pequena cidade do brejo paraibano, Areia. Segundo Ivandro Queiroz (2021), sua tiragem girava em torno de duzentos exemplares, impressos na tipografia do jornal Areiense.

Desde sua edição inaugural, o Verdade adotou uma postura combativa, ao divulgar a lista dos últimos proprietários de pessoas escravizadas, como estratégia de pressão sobre a opinião pública local. Além disso, a publicação denunciava práticas persistentes de violência, como o açoitamento de libertos e de ingênuos ainda submetidos a formas ilegais de cativeiro, classificando tais práticas como um “bárbaro costume”.

Atuante entre os anos de 1888 e 1889[5], o jornal não se restringiu à militância abolicionista anterior à Lei Áurea, prolongando sua intervenção também no período pós-abolição. Nesse contexto, o jornal Verdade tornou-se um importante espaço de denúncia contra a escravização em suas diferentes formas de manifestações, bem como contra os abusos dirigidos aos recém-libertos e as resistências à efetivação plena da liberdade. O periódico configurou-se, assim, como instrumento de tensionamento das estruturas sociais vigentes e como voz de insurgência no contexto da época.

Tal posicionamento é ilustrado de maneira exemplar na edição Anno II, n.º 105, de 03 de maio de 1889, destacado na Figura 1.

Figura 1 - Jornal Verdade, 1889.



CIDADE D'AREIA, PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE.

VERDADE

ASSIGNATURAS: Por mez ..... 400 rs. Trimestre adiantado 1000 rs.

PUBLICAÇÕES: Aos Assignantes: por linha 40 rs. Não Assignantes: por ajuste.

Amicus Plato, sed magis amica veritas.

ANNO II. ORGÃO PROGRESSISTA E NOTICIOSO. N. 105.

Sexta-feira, 3 de Maio de 1889.

- 1889 -

3 DE MAIO

Rendemos preito ao dia de hoje, primeiro anniversario da emancipação deste Municipio, — unico desta provincia que libertou todos os seus escravos — por iniciativa particular.

HONRA E GLORIA AOS AREIENSES.

Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

Descrição: Recorte do Jornal Verdade, anno II, nº 108, de 03 de maio de 1889, edição comemorativa emancipação do município. Aparece o ano de 1889, abaixo a data 3 de maio, em seguida o texto "Rendemos preito ao dia de hoje, primeiro anniversario da emancipação deste Municipio – unido desta província que libertou todos os seus escravos – por iniciativa particular. Honra e Gloria aos Areienses"

[5] O período em que nós trabalhamos compreende a segunda fase do Jornal *Verdade* que vai de 1888 a 1895. No entanto, só temos acesso aos números publicados nos anos de 1888 e 1889, até o momento.

O exemplar rememora o primeiro aniversário das comemorações de 3 de maio de 1888. Nesse número, o jornal revisita os acontecimentos daquele período e critica veementemente a inércia da Câmara Municipal, acusando-a de se omitir na celebração da data, apesar de reivindicar protagonismo na luta abolicionista.

Ao reafirmar seu engajamento político, Verdade assevera: "Somos em 89 o que fomos em 88 e o que seremos até o último dia de nossa existência – abolicionistas convictos" (Queiroz, 2021).

Com o advento da liberdade formal, o jornal passou a alinhar-se aos ideais republicanos, convertendo-se em fonte imprescindível para a compreensão dos significados atribuídos à liberdade no período pós-abolição imediato. Além disso, revela as estratégias discursivas mobilizadas tanto para legitimar quanto para contestar projetos políticos de nação e de cidadania. Nesse sentido, Verdade também se inscreve como espaço de recordação (Assmann, 2011), contribuindo para a preservação e reinterpretação das lutas sociais que marcaram a transição entre o regime escravocrata e o novo ordenamento republicano.

Ressalte-se, ainda, o papel significativo do Verdade no que tange aos registros do cotidiano. Informações que podem suscitar possíveis compreensões da memória e da resistência do feminino. Pauta que ainda carece de investigações, sobretudo no campo da Ciência da Informação, em especial nos estudos de gênero.

3 MEMÓRIA, FEMINISMO E RESISTÊNCIA

A abolição da escravidão no Brasil foi um processo complexo, marcado por múltiplos fatores sociais, políticos e culturais, no qual a atuação das mulheres desempenhou papel fundamental, embora frequentemente silenciado pela historiografia tradicional.

Com base na análise documental e nos referenciais teóricos dos estudos feministas e de gênero, buscamos identificar as formas de protagonismo feminino na luta contra a escravidão, bem como compreender de que maneira suas vozes foram representadas ou apagadas nas páginas do jornal Verdade (1888–1889). Como nos lembra Djamila Ribeiro (2019), para aprender com a história é necessário compreender o feminismo, pois é impossível combater aquilo que sequer é nomeado. Nesse sentido, a autora afirma, em seu livro *Quem tem medo do feminismo negro?*, que o "feminismo negro não é uma luta meramente identitária até porque branquitude e masculinidade também são identidades" (Ribeiro, 2018, p. 7).

Falar de feminismo, inclusive ao destacar o feminismo negro, significa ampliar e fortalecer a luta de todas as mulheres. Ainda que as experiências sejam atravessadas por marcadores sociais distintos, como raça e classe, todas compartilham a expressão de gênero. Reconhecer as especificidades vividas pelas mulheres negras não exclui as demais; ao contrário, amplia o debate e contribui para uma luta mais justa, plural e representativa.

A observação direta dos jornais analisados nesta pesquisa permitiu desenvolver uma compreensão mais cuidadosa dos conteúdos e a valorização dos suportes informacionais que os constituem.

O contato com o periódico que fundamenta este estudo ocorreu por meio do acervo especial e histórico da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba, localizado no Campus II, na cidade de Areia/PB. Os exemplares, datados do final do século XIX, foram acessados a partir da digitalização das edições, disponibilizadas no ambiente virtual em pastas compartilhadas no drive institucional. Este material constituiu fonte fundamental para o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado - Memória do jornalismo areiense: a informação como elemento da preservação histórica e cultural da cidade, que despertou um profundo senso de responsabilidade histórica.

A partir desse contato, evidenciou-se a necessidade e o compromisso de registrar essas narrativas, assumindo também o dever acadêmico de oferecer um retorno àqueles e àquelas que vieram antes de nós, pessoas que, por meio de seus feitos, sofrimentos e lutas, pavimentaram os caminhos que hoje percorrermos. Trata-se de sujeitos cujas histórias ainda carregam as marcas do preconceito, do racismo, da intolerância e da indiferença. São vozes e trajetórias de homens e mulheres que contribuíram, de maneira decisiva, para a construção de nossa memória coletiva.

Ainda hoje, seus descendentes enfrentam os reflexos de práticas e atitudes que negam direitos fundamentais, como o direito de sonhar, de existir plenamente e de ocupar espaços que lhes são historicamente devidos.

Em pleno século XXI, persistem os efeitos das violências históricas, o que torna indispensável, como defende Hildevânia Macêdo (2025, p. 6), "[...] garantir que as mulheres negras tenham

acesso aos espaços onde as decisões são tomadas e que as políticas públicas considerem todos os desafios que elas enfrentam.”

No contexto contemporâneo, em que a informação se configura como uma poderosa ferramenta social, torna-se essencial refletir sobre a responsabilidade ética dos mecanismos de produção e divulgação informacional. A simples disseminação de informações não é suficiente: é necessário problematizar e retratar situações que contribuam para o enfrentamento de práticas opressoras, evitando a perpetuação de injustiças.

Sem esse cuidado, corre-se o risco de continuar alimentando a desinformação, reproduzindo desigualdades e mantendo, metaforicamente, mulheres brancas, negras, indígenas e amarelas em novos tipos de “cativeiros” simbólicos. Assim, persistem instrumentos de opressão que, ainda que sob outras formas, mantêm viva a memória de um sofrimento histórico que ecoa no presente e ameaça projetar-se para o futuro.

Por essa razão, discutir temas como abolição, gênero, mulheres negras e escravidão torna-se um imperativo. Somente por meio da memória, da compreensão e da análise histórica é possível evitar que os sofrimentos do passado continuem a se reproduzir. Como alerta Bernardina Freire (informação verbal, 2021), é preciso acionar os gatilhos da memória para buscar respostas e alimentar a história, combatendo o apagamento que ameaça encobrir nossos antepassados.

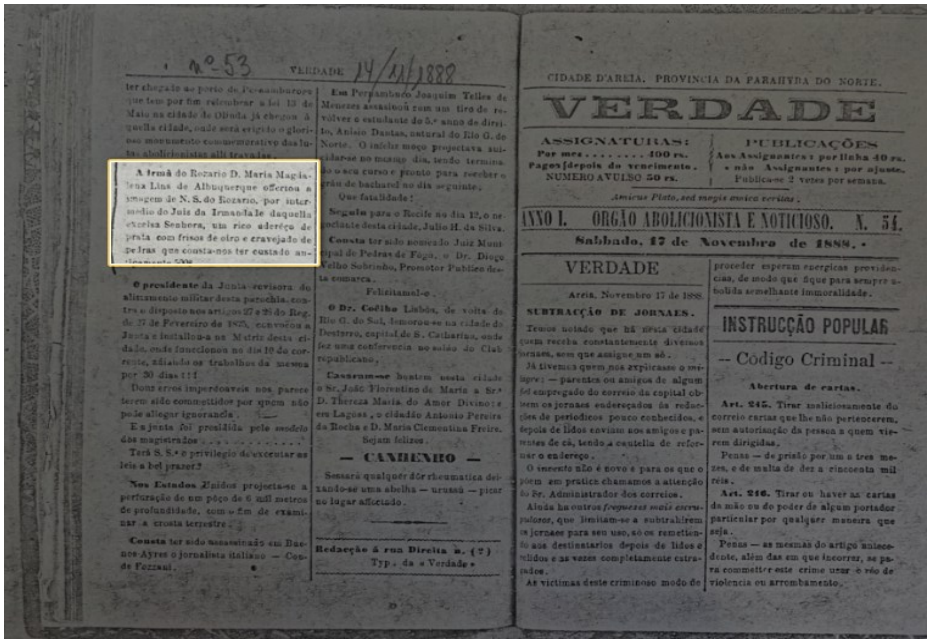
4 JORNALISMO E REPRESENTAÇÃO: VOZES FEMININAS NO JORNAL VERDADE (1888-1889)

O jornal impresso, em particular, permanece relevante mesmo em uma sociedade cada vez mais tecnologia. Mais do que informar, ele conecta pessoas, provoca descobertas, suscita investigações e estimula reflexões críticas, proporcionando ao leitor uma experiência singular de contato com os acontecimentos e com as narrativas históricas.

Nas páginas do jornal Verdade, foi possível observar que muitos dos eventos relatados eram apresentados sob uma perspectiva predominantemente masculina, reservando às mulheres, em grande parte, registros associados a acontecimentos considerados "naturais" à sua esfera social, como nascimentos, casamentos, aniversários e falecimentos.

Um exemplo disso pode ser observado na nota que destacava que "a irmã do Rosário, D. Maria Magdalena Lins de Albuquerque, ofertou à imagem de Nossa Senhora do Rosário, por intermédio do juiz da irmandade, um rico adereço de prata com friso de ouro e cravejado de pedras" (Verdade, 1888, p. 4), conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 - Jornal *Verdade, 1888.*



CIDADE D'AREIA. PROVINCIA DA PARAHYBA DO NORTE.

VERDADE

ASSIGNATURAS: Por mez..... 400 rs. Pagas depois do vencimento. NUMERO AVULSO 50 rs.

PUBLICAÇÕES Aos Assignantes: por linha 40 rs. Não Assignantes: por ajuste. Publica-se 2 vezes por semana.

Amicus Plato, sed magis amica veritas.

ANNO I. ORGÃO ABOLICIONISTA E NOTICIOSO. N. 54.

Sabbado, 17 de Novembro de 1888.

VERDADE

Areia, Novembro 17 de 1888.

SUBTRACÇÃO DE JORNAES.

INSTRUCÇÃO POPULAR

— Código Criminal —

Abertura de cartas.

Art. 245. Tirar maliciosamente do correio cartas que lhe não pertencerem, sem autorização da pessoa a quem vierem dirigidas.

Penas — de prisão por um a tres mezes, e de multa de dez a cincoenta mil réis.

Art. 246. Tirar ou haver as cartas de mão ou de poder de algum portador particular por qualquer maneira que seja.

Penas — as mesmas do artigo antecedente, além das em que incorrer, se para commettre este crime usar de violencia ou arrombamento.

Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

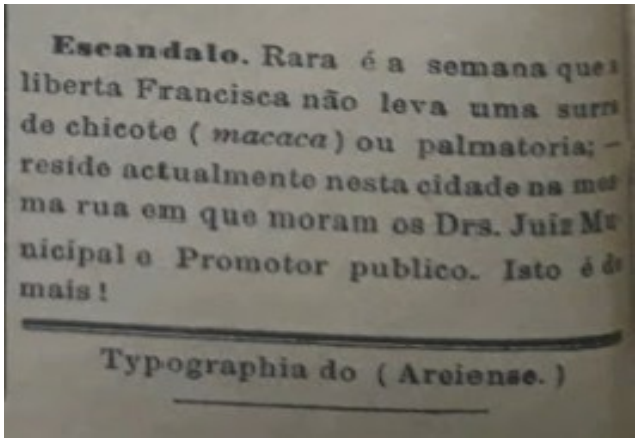
Descrição: Jornal Verdade, nº 57, anno I, de 17 de novembro de 1888. Em destaque o trecho que diz "A irmã do Rozario D. Maria Magia... Lins de Albuquerque ofertou a imagem de N. S. do Rozario, por intermédio do Juis da Irmandade daquela [...] Senhora, [...] rico adereço de prata com frisos de ouro e cravejado de pedras que consta-nos ter custado [...]."

No entanto, também surgiam registros que evidenciam injustiças e os desafios enfrentados pelas mulheres naquele contexto histórico. Um exemplo significativo encontra-se na nota publicada no jornal Verdade (1888, p. 4): "Escândalo - rara é a semana que a liberta Francisca não leva uma surra de chicote (macaca) ou palmatória, reside actualmente nesta cidade na mesma rua em que moram os Drs. Juiz Municipal e promotor público. Isso é demais!".

A Figura 3 apresenta a nota na qual o periódico denunciava ações repressoras, como a instalação de piquetes nas estradas com o objetivo de capturar pessoas fugitivas, além de criticar a violação de direitos, especialmente os das mulheres escravizadas, frequentemente vítimas de violência física e emocional. Em diversas

ocasiões, o jornal expressava indignação diante das barbáries relatadas, chegando inclusive a mencionar explicitamente os nomes dos agressores em suas notas.

Figura 3 - Jornal *Verdade* (1888, [s.d]


Escandalo. Rara é a semana que a liberta Francisca não leva uma surra de chicote (*macaca*) ou palmatoria; - reside actualmente nesta cidade na mesma rua em que moram os Drs. Juiz Municipal e Promotor publico. Isto é demais!

Typographia do (Areiense.)

Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

Descrição: Recorte do Jornal Verdade onde está escrito "Escandalo. Rara é a semana que a liberta Francisca não leva uma surra de chicote (macaca) ou palmatoria; - reside actualmente nesta cidade na mesa rua em que mora os Drs. Juiz Municipal e Promotor publico. Isto é demais" Typographia do (Areisense.)

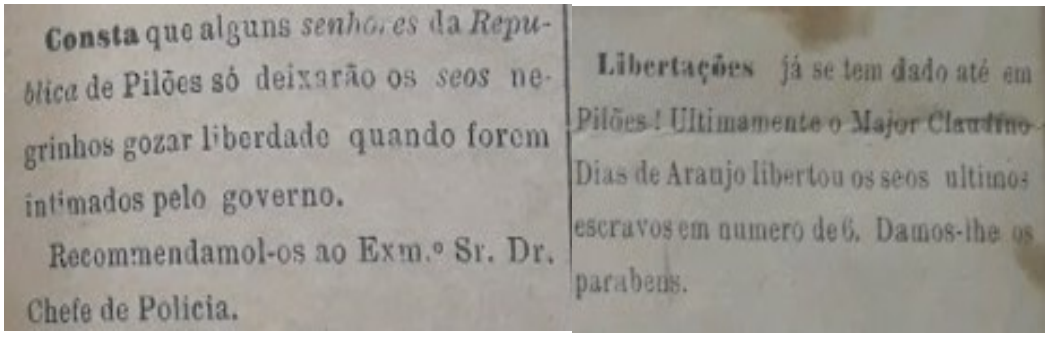
Por exemplo, reportava-se que "Consta que alguns senhores da República de Pilões só deixarão seus negrinhos gozar liberdade quando forem intimados pelo governo recommendamol-os ao Exmº Sr. Dr Chefe de Polícia" (Verdade, 1888)[6] ou que "Libertações já se tem dado até em Pilões! Ultimamente o Major Claudino Dias de Araújo libertou os seos últimos escravos em número de 6 - Damos lhes os parabéns" (Verdade, Anno Ii, 04 de abril de 1888, [s.p]).

As Figuras 4 e 5 evidenciam esses acontecimentos; contudo, persiste uma lacuna importante: os gritos ali registrados eram ouvidos apenas por aqueles que tinham acesso ao jornal, e não por toda a população. Surgem, então, questões fundamentais: seriam

[6] Existe o exemplar porém não consta dados mais específicos como a data.

esses leitores — que detinham o privilégio de acessar tais conteúdos — os mesmos que desejavam a liberdade? Não é possível afirmar com certeza. Como observa D'Assunção Barros (2023, p. 61), "se uma das funções declaradas do jornal é informar, outra delas é a de opinar", o que nos leva a problematizar até que ponto é possível estabelecer uma separação clara entre informação e opinião no discurso jornalístico.

Figuras 4 e 5 - Jornal *Verdade (1988, [s.d] e Verdade, Anno II,* de 04 de abril de 1888



Consta que alguns *senhores* da *Republica* de Pilões só deixarão os *seos* negrinhos gozar liberdade quando forem intimados pelo governo.

Recommendamol-os ao Exm.º Sr. Dr. Chefe de Policia.

Libertações já se tem dado até em Pilões! Ultimamente o Major Claudino Dias de Araujo libertou os seos ultimos escravos em numero de 6. Damos-lhe os parabens.

Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

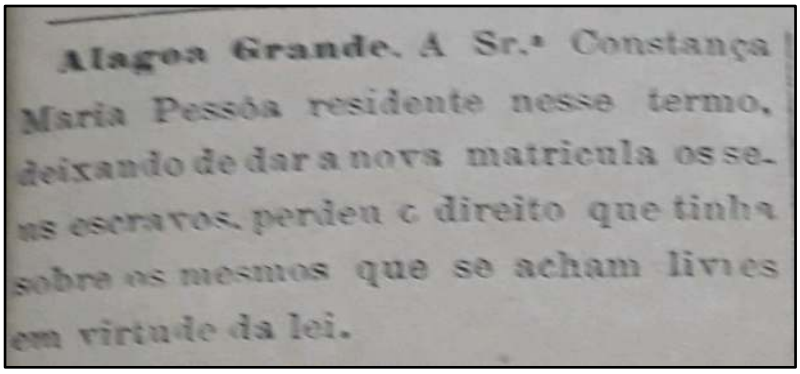
Descrição: Recortes do Jornal Verdade onde está escrito na Figura 4 "Consta que alguns senhores da Republica de Pilões só deixarão os seos negrinhos gozar liberdade quando forem intimados pelo governo. Recommendamol-os ao Exm.º Sr. Dr. Chefe de Polícia", na Figura 6 "Libertações já se tem dado até em Pilões ! Ultimamento o Major Claudino Dias de Araujo libertou os seos últimos escravos em numero de 6. Damos-lhe os parabens."

Assim, buscamos, nesta pesquisa, descrever as percepções extraídas das fontes analisadas, sem incorrer no erro do "achismo", mas conscientes de que, sem a opinião direta de quem escreveu, jamais teremos plena certeza de que os fatos ocorreram exatamente como expostos.

As edições do jornal Verdade entre 1888 e 1889 oferecem registros valiosos sobre formas plurais de resistência protagonizadas por mulheres, antes e após a abolição da escravidão. Três recortes,

aqui destacados, revelam dimensões distintas, simbólicas institucionais e políticas da atuação feminina no processo de ruptura com o regime escravocrata.

Figura 6 - Jornal *Verdade.* Anno I. Nº 3, de 11 de abril de 1888


Alagoa Grande. A Sr.ª Constança Maria Pessôa residente nesse termo, deixando de dar a nova matricula os seos escravos, perdeu o direito que tinha sobre os mesmos que se acham livres em virtude da lei.

Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

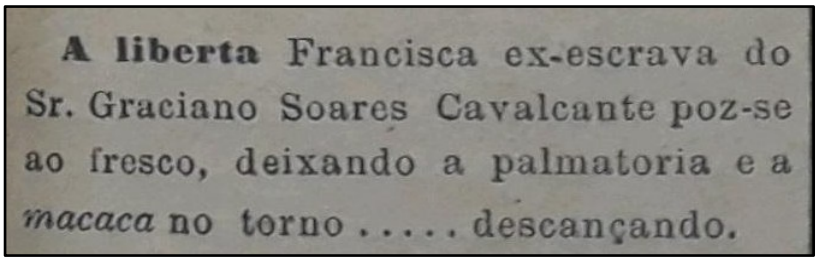
Descrição: Recorte do Jornal Verdade onde está escrito "Alagoa Grande. A Sr.ª Constança Maria Pessoa residente neste termo, deixando de dar a nova matricula os seos escravos perdeu o direito que tinha sobre os mesmo que se acham livres em virtude da lei."

A Figura 6 (edição de 11 de abril de 1888) refere-se à Sra. Constança Maria Pessoa, moradora de Alagoa Grande, que não realizou a nova matrícula de seus escravizados conforme exigido pela legislação da época. Em consequência, os cativos foram legalmente libertos. Esse ato, voluntário ou não, configura uma resistência institucionalizada, que contraria o interesse da manutenção da escravidão. O nome de uma mulher proprietária associada à libertação, ainda que pela via da omissão, tem peso simbólico e desafia a narrativa dominante da passividade feminina na estrutura escravocrata.

A Figura 7 (edição de 18 de abril de 1888) traz uma cena emblemática: a liberta Francisca, ex-escravizada, abandona os

instrumentos de castigo, a palmatória e a "macaca", para "descansar ao fresco".

Figura 7 - Jornal *Verdade.* Anno I. Nº 4, de 18 de abril de 1888


A liberta Francisca ex-escrava do Sr. Graciano Soares Cavalcante poz-se ao fresco, deixando a palmatoria e a *macaca* no torno ..... descançando.

Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025)

Descrição: Recorte do Jornal Verdade onde está escrito "A liberta Francisca ex-escrava do Sr. Graciano Soares Cavalcante poz-se ao fresco, deixando a palmatoria e a macaca no torno..... descançando."

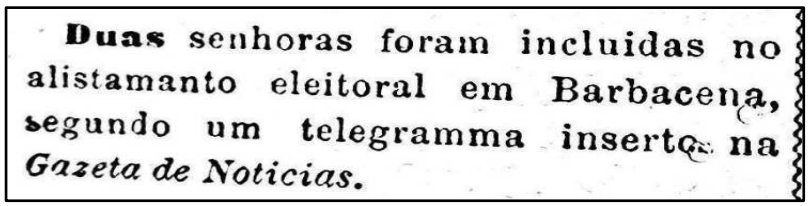
Trata-se de uma resistência simbólica e corporal, na qual a mulher ex-escravizada recusa-se a aceitar a continuidade da violência sobre seu corpo. O gesto de "pôr-se ao fresco" funciona aqui como metáfora da emancipação e da retomada da dignidade, numa época em que o fim legal da escravidão não significava, na prática, o fim da opressão.

A Figura 8 (edição de 29 de outubro de 1889) anuncia que duas senhoras foram incluídas no alistamento eleitoral em Barbacena, conforme telegrama publicado na Gazeta de Notícias. Em um período no qual o voto era ainda uma prerrogativa quase exclusivamente masculina, essa inclusão representa resistência política e inserção ativa das mulheres na esfera pública, um movimento que ganha força no pós-abolição, quando se redesenham os papeis sociais.

A nota exposta revela mudanças significativas na dinâmica social e política da época. Neste sentido, podemos interpretar esse

acontecimento como uma forma de transformação como parte de um movimento de inclusão e luta.

Figura 8 - Jornal *Verdade*. Anno II. Nº 181, de 29 de outubro de 1889


Duas senhoras foram incluidas no alistamanto eleitoral em Barbacena, segundo um telegramma inserto na *Gazeta de Noticias.*

Fonte: Acervo Biblioteca Setorial CCA/UFPB (2025

Descrição: Recorte do Jornal Verdade onde está escrito "Duas senhoras foram incluídas no alistamento eleitoral em Barbacena, segundo um telegrama inserto na Gazeta de Notícias."

De novas oportunidades e possibilidades de mudanças significativas de participações e visibilidades sociais de grupos meramente excluídos por uma sociedade injusta aos grupos menos favorecidos, incluindo as mulheres brancas e negras, elas têm e devem permanecer tendo os mesmos direitos de qualquer outro ser humano.

5 O IMPRESSO COMO REGISTRO DE MEMÓRIA

Usar a palavra registro nos leva a reflexão da potência que tem o jornal impresso diante do tempo. O impresso além de registrar, informa, caminha por tempos sombrios revelando mistérios muitas vezes só descoberto por quem tem a curiosidade de perceber a riqueza que possuem os ditos "papeis velhos" e quando os compreendem como um documento que preserva e conserva a memória. Relata Márcia Braz, Cínthia Holanda e Marilucy Ferreira (2012, [s.p]) que "inerente ao próprio homem, a necessidade de

gravar e registrar fatos cotidianos, costumes e crenças, a fim de que fossem repassadas às gerações subsequentes, sempre acompanhou a humanidade através dos séculos". Diante de suas ideias os autores ainda afirmam que,

> Uma sociedade ou grupo que não consegue ou não registra seus traços, sua história, caso não tenha indivíduos que possam reproduzir aos seus descendentes seus relatos está fadada a desaparecer, e, além disso, é essencial que saibamos de onde viemos, o que se passou até chegarmos aqui, o que nos fundamenta, o que podemos fazer para ter um futuro melhor sem repetir desacertos do passado (Braz; Holanda; Ferreira, 2012, [s.p]).

O impresso possibilita estarmos situados em lugares que jamais visitaríamos fisicamente, permitindo que o leitor atravesse épocas, culturas e experiências por meio da imaginação. Imaginação que divergem na cabeça dos que têm a oportunidade e o privilégio de ter em mãos esse documento que carrega histórias e memórias. Pois a memória "por escrito" percorre caminhos próprios e paralelos, distintos da "pronunciada verbalmente" (Meihy; Seawright, 2021, p. 14).

Os impressos podemos considerar como testemunhos que o papel nos oferece, especialmente o material impresso. Esses registros têm a capacidade de deslocar recordações e lembranças que, quando ativadas, exigem que a memória se mova do presente para uma espécie de viagem pelo passado, às vezes no próprio presente. Assim, algo pode ser despertado de acordo com aquilo que é ativado dentro de cada indivíduo, fazendo com que cada pessoa reaja de maneira particular e às vezes compartilhada às memórias evocadas.

E para lembrarmos é preciso que outros façam parte (Ricoeur, 2007). Podemos dizer que precisamos dos gatilhos que disparam e ativam a memória em virtude de que os gatilhos servem como chaves quando manuseadas e que nos guiam ao pensamento em até onde podemos ir, onde podemos chegar e até onde podemos acreditar e comparar as informações obtidas com algo ocorrido conosco.

Os gatilhos de memória dependem de como reagimos diante do que experienciamos, vivemos isso devido os gatilhos de memória ocorrem quando um de nossos sentidos são ativados. E quando ativados podem facilitar por meio do acesso a informações vistas, ouvidas, manuseadas ou sentidas impulsionar os sentimentos guardados dentro de nós, como saudades, raiva, revolta, lembranças, angústias entre tantos outros sentidos pelo ser humano. Os gatilhos permitem que a memória impulsione as lembranças sejam elas individuais e coletivas (Holmes; Oliveira, 2023).

Retornando às considerações de D'Assunção Barros (2023) os jornais devem ser compreendidos,

> [...] como um veículo passivo e neutro da informação, mas também como capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de inferir na história" (Barros, 2023, p.12).

E assim que detemos o jornal impresso como um documento que tem seus registros e quando manuseados são repassadas informações às gerações a quais passam a ter consciência do que ocorreu entre os séculos e por quem foi construído através de lutas e resistências. E "se o jornal transmite informação, ele também produz opiniões,

discursos, análises da realidade que são geradas na sociedade envolvente e que a ela retornam" (Barros, 2023, 12).

Dessa maneira o Verdade além dessa compartilhada riqueza de informações que o mesmo presenteia a geração do século XXI, quando descortina e desvenda mistérios e descobertas fazendo com que o ser humano possa refletir e imaginar uma comparação atual e indagar será que ocorreu tantas mudanças assim, produzindo opiniões, discursos e análises da realidade como bem nos afirma D'Assunção Barros (2023). E a partir dessas revelações tornar-se trazer aos conhecimentos de todos algo que estava escondido entre papéis e poeira para que seja descoberto.

5.1 Resistir pelo papel

Resistir ao tempo é lutar contra o esquecimento, é dar gritos pelas escritas através de mãos em que muitas vezes cansadas eram necessárias escrever ou datilografar[7], em outros momentos era a vontade de expressar através das palavras suas revoltas e de lutar contra as injustiças em muitos momentos aos menos favorecidos, especificamente as mulheres. Isso devido entendermos que quando registramos algo é poder deixar rastros que poderão servir mesmos depois de séculos e décadas arquivados como rastros que nos levará a eventos que podem torná-los em documentos históricos assim como o impresso (Ricoeur, 2007).

Os jornais ao serem tratados como fontes históricas, eles integram registros que foram e são escritas as histórias de uma época, de um tempo. Sendo assim nos fazendo compreender

[7] Datilografar - escrever a máquina.

acontecimentos, regras, valores, destaques, trajetórias refletindo sobre contextos sociais, políticos, estruturais, culturais que foram construídos, manuseados e modificados. Os impressos fazem essa movimentação de ideias tornando -se importantes para que pesquisadores possam conhecer, interpretar as histórias percebidas no tempo presente e delas quando inseridas nesse suporte informacional serem consideradas como fontes históricas por D'Assunção Barros (2023).

O tempo é senhor que comunica, surge, apresenta, confronta, indaga, constrói, desconstrói, impõe, afirma e dessa maneira o tempo ele perpassa no presente entre o passado e o futuro envolvendo uma realidade histórica que representa uma condição humana que estabelecem uma realidade de infinitas observações, ideias e evolução (Hanna Arendt, 2014).

Torna-se evidente que o jornal pode levantar questões diante de nossa realidade atual permitindo com que os olhares possam se aprofundar no conhecimento e dele pensar será que algo ocorrido no passado não são repetidos no presente podendo chegar ao futuro de maneira diferente. Pois bem, é a nossa realidade quando perdemos uma mulher para a violência. Algo tão real e tão evidente são exibidos nas páginas do jornal Verdade.

Por isso a necessidade de nós pesquisadores em qualquer área de conhecimento, começar a entender a importância da memória. Cada descoberta motiva e nos leva a compreender nossa evolução histórica, podendo anunciar através das memórias o sofrimento daqueles que sofreram e que necessitam serem rememorados e assim

serem ouvidos e resgatados na história. Revela Jeanne Gagnebin (2009, p.55) que,

> A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir no presente. A fidelidade ao passado, mas sendo um fim em si, visa a transformação do presente.

Na narrativa de Jeanne Gagnebin (2006) é possível sentir a necessidade de preservar e conservar suportes que fazem essa ligação do nosso ontem para que seja apresentado ao mundo, histórias em que a memória faz questão de revelar. E só o tempo será capaz de transformar um passado escondido, em um presente, pela razão de o tempo ser "o tempo vivo da memória" (Bosi, 2003).

Quando os suportes informacionais são percebidos, as informações ali contidas disparam os gatilhos que disparam a memória de quem percebe a importância da informação passa a se tornar um objeto de argumentações e questionamentos. Será visto e percebidos como uma fonte de riqueza e de lugar onde reside a memória. Visto que tais suportes informacionais são guardados em certas ocasiões em silêncio e ficam na espera de um interpretante para que os documentos possam ser percebidos e entendidos quando materializados como uma reconstrução das memórias (Oliveira, 2018).

Desse modo, podemos perceber que, a partir desse interpretante, será possível estabelecer uma nova comunicação entre tempos, onde a memória vai alimentando a história, oferecendo aos leitores a oportunidade de descobrir, redescobrir e imaginar, de maneira organizada e reflexiva, como se constituiu o mundo vivido

por nossos antepassados. Assim, pelo despertar do olhar dos pesquisadores deste registo, foi possível construir uma nova perspectiva do passado no momento presente. E nesse contexto, o sofrimento das mulheres sendo compreendido como um fato social que precisa ser evidenciado e comunicado, mesmo por meio de registros acadêmicos (Winkin, 1998).

E dar visibilidade aos jornais impressos acreditamos ser uma forma de preservar a memória, promover reflexão crítica e possibilitar novas interpretações sobre as experiências vividas ao longo do tempo.

5 O JORNAL VERDADE E SUAS EVIDÊNCIAS...

A análise das edições do jornal Verdade (1888–1889) permitiu evidenciar que as mulheres negras e brancas, livres e ex-escravizadas exerceram papeis significativos, ainda que muitas vezes invisibilizados, no processo abolicionista paraibano. Suas ações, que transitaram entre o simbólico, o institucional e o político, revelam formas plurais de resistência à escravidão e à ordem patriarcal que a sustentava.

A Sra. Constança Maria Pessoa, a liberta Francisca e as eleitoras de Barbacena são apenas alguns dos nomes e figuras que emergem como testemunhos da presença feminina em um movimento historicamente masculinizado pela historiografia dominante. Porém, podemos perceber que mesmo com o domínio masculino a luta abolicionista não era homogênea isso devido ter mulheres como proprietárias de escravizados, que só concederam alforria por imposição da lei.

Diante do exposto, compreende-se uma dupla face em questão da participação feminina de um lado mulheres que lutaram e atuaram em busca de resistência e pela liberdade de outras pessoas, como também mulheres inseridas na estrutura social da época. Mesmo ciente que o lugar de mulher é onde ela quiser, não podemos negar que a intolerância, o preconceito, o racismo, a xenofobia, o desejo de poder parecem estar encravados na maioria dos humanos e isso independente de raça, gênero ou cor de pele. E a imprensa, ao mesmo tempo em que funcionou como espaço de denúncia e memória, também refletiu as desigualdades de gênero e raça do período, ora reproduzindo silêncios, ora amplificando vozes dissonantes. Nesse sentido, o jornal Verdade serve tanto como fonte quanto como objeto de análise crítica.

O ressignificar dessas memórias por vezes fragmentadas, mas profundamente significativas, reafirma a importância de revisitar arquivos históricos sob uma perspectiva de ligação, união atenta às múltiplas formas de opressão e de agência feminina. Assim, este estudo não apenas contribui para a ampliação do debate sobre imprensa, gênero e abolição, mas também propõe um exercício de justiça histórica: reinscrever as mulheres no centro da narrativa abolicionista. Permitindo com que essas vozes amordaçadas, antes abafadas que foram e são impedidas de ecoar seus gritos de dor, lutas e conquistas possam abrir novas buscas e olhares, seguindo ecoando nos campos da pesquisa, da educação, da política e na vida inspirando lutas presentes e futuras. Combatendo guerras, mas reconhecendo as mulheres como protagonistas de sua própria liberdade e não apenas como coadjuvante de sua própria história. Levando-nos a

perspectiva de entender que a abolição quando destacada no veículo de comunicação teve suas camadas que marcam nosso estar-presente em relação a essa rede que molda a sociedade como um todo, incluindo a resistência e a força que move para que a liberdade seja e esteja presente para todas e todos.

A análise das edições do jornal Verdade revelou que a presença feminina nas narrativas abolicionistas se manifesta por meio de diferentes formas de agência, que podem ser compreendidas como expressões de resistência institucional, simbólica e política. Casos como o de Constança Maria Pessoa, cuja ação resultou na libertação legal de pessoas escravizadas, evidenciam tensões internas ao próprio sistema escravocrata. Já o episódio envolvendo a liberta Francisca aponta para formas cotidianas de enfrentamento à violência e à continuidade das práticas de dominação no período imediatamente anterior e posterior à abolição. Por sua vez, a menção ao alistamento eleitoral de mulheres sinaliza mudanças nas possibilidades de participação feminina na esfera pública, indicando transformações sociais que ultrapassavam os limites do debate estritamente abolicionista.

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, tais registros evidenciam a importância dos periódicos históricos como espaços de produção, circulação e preservação de memórias sociais. Ao mesmo tempo em que o jornal Verdade funcionou como instrumento de denúncia e de mobilização política, suas páginas também revelam as limitações e os silenciamentos próprios de uma sociedade marcada por hierarquias de gênero e raça. Assim, revisitar esses documentos permite não apenas recuperar trajetórias historicamente

marginalizadas, mas também compreender como os processos de mediação informacional contribuíram para moldar as narrativas sobre o abolicionismo e o lugar das mulheres nesse contexto. Nesse sentido, o estudo reforça a relevância dos acervos documentais e das práticas de preservação da memória para a construção de leituras críticas sobre o passado e para o fortalecimento de perspectivas mais inclusivas na escrita da história.

Dessa maneira é possível observar nos veículos de comunicação atuais e fazer um comparativo entre décadas passadas com a nossa realidade em relação a frequência de informações que tratam sobre violência contra as mulheres. E assim fazer justiça através de escritos científicos para expor uma realidades tão presente, vindo a tornar-se uma maneira de buscar reparação e justiça para as pessoas vítimas de preconceitos e violência ao longo das décadas.

REFERÊNCIAS

A IRMÃ. **Jornal Verdade**, Areia, 14 nov. 1888, ano I, n.53, p. 04.

ALAGOA GRANDE. **Jornal Verdade**, Areia, 11 abr. 1888, ano 1, n.3, p.03.

ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. Tradução: Mauro w. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014. (Debates; 64/dirigida por J. Guinsburg)

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 453 p.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BRAZ, Márcia Ivo; HOLANDA, Cínthia Maria Silva de; FERREIRA, Marilucy da Silva. O documento e os lugares de memória: protagonistas na perpetuação da memória social. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/183336. Acesso: 05 mar. 2026.

BOSI, Ecléa**. O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CÔRTES, Gisele Rocha. A categoria analítica gênero e movimentos feministas: diálogos na Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, [S. l.], v. 9, p. e64409, 2024. DOI: 10.47681/rca.v9i.64409. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/64409. Acesso em: 29 mar. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 1981.

ESCÂNDALO**. Jornal Verdade**, Areia, 11 abr. 1888, ano I, n.3, p.04.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, 1984.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HOLMES, Karina Ceci de Sousa; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Arquivo pessoal como extensor da memória individual e coletiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: UFES, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/257778. Acesso: 06 mar. 2026.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LIBERTAÇÕES, **Jornal Verdade**, Areia, 05 abr. 1888, ano I, n.2, [s.p].

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

MACÊDO, Hildevânia. Mobilização feminista. **Jornal A União**, João Pessoa, ano CXXXII, n. 47, p. 6, 28 mar. de 2025. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/2025/marco/jornal-em-pdf-28-03-25-cdepc.pdf/view. Acesso: 02 abr. de 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2021.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **José Simeão Leal**: primeiro editor público brasileiro. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

QUEIROZ, Ivandro Batista de. **Sonhos de uma liberdade republicana, nas páginas do Jornal Verdade, Areia – PB (1888-1892)**. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2021. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/23494. Acesso em: 06 mar 2026.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução: Alain François [*et al*.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. organização e apresentação: Etienne Samain. Tradução: Roberto Leal Ferreira. campinas, SP: Papirus, 1998.

LICENÇA DE USO
Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

PUBLISHER
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL
Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês da Silva.

COMO CITAR

HOLMES, Karina Ceci de Sousa; MELO FILHO, Edilson Targino de; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Impresa negra, memória e protagonismo feminino: mulheres na resistência à escravidão no Jornal Verdade (1888-1889). **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, p. 1-30, jan./jun. 2026.